

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Madson Joter da Silva

**A RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL DO PROERD PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS
POSITIVOS PARA A SOCIEDADE CEARENSE**

Artigo apresentado à Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Leticia Gonçalves.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MADSON JOTER DA SILVA**, acadêmico do Curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 113180203, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL DO PROERD PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS POSITIVOS PARA A SOCIEDADE CEARENSE**, desenvolvido durante o período de 27/02/2026 até 13/04/2026 sob a orientação de Leticia Gonçalves, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026.

MADSON JOTER DA SILVA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

A RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL DO PROERD PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS POSITIVOS PARA A SOCIEDADE CEARENSE

Madson Joter da Silva¹

RESUMO

O presente artigo analisa a relevância institucional do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) para a Polícia Militar do Ceará (PMCE), bem como seus impactos sociais positivos. O estudo problematiza como uma política pública de prevenção primária atua como ferramenta estratégica para além da repressão, reconfigurando a relação entre o Estado e a comunidade escolar. O objetivo geral é avaliar a importância do programa na reconstrução da imagem corporativa da instituição e seus efeitos na pacificação social. Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, estruturada por meio de revisão narrativa da literatura e análise documental de legislações e relatórios institucionais da PMCE. Os resultados evidenciam que o PROERD, implantado no estado em 2001 e com mais de 731 mil alunos formados, subverte o paradigma do policiamento estritamente reativo ao inserir o policial fardado como educador social. Essa dinâmica humaniza o agente de segurança e consolida a filosofia de polícia comunitária, apoiada no tripé Polícia, Escola e Família, integrando-se a frentes de governança modernas. Conclui-se que o programa transcende o currículo antidrogas, operando como um vetor essencial de cidadania, proteção infantojuvenil e legitimação democrática da corporação, comprovando que o investimento em educação preventiva é indispensável para a segurança pública cearense.

PALAVRAS-CHAVE: PROERD. Polícia Militar do Ceará. Segurança Pública. Prevenção.

¹ Discente da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista. Orientadora: Letícia Gonçalves.

INTRODUÇÃO

A complexidade dos fenômenos criminais na sociedade contemporânea e o envolvimento precoce de crianças e adolescentes com substâncias entorpecentes impuseram ao Estado a necessidade de reformular suas políticas de segurança pública.

Historicamente, as forças policiais brasileiras pautaram-se por um modelo estritamente reativo, o qual, isoladamente, mostrou-se insuficiente para conter o avanço da criminalidade e a vulnerabilidade do público infante-juvenil (Almeida, 2021). Diante desse cenário, a transição para uma filosofia de policiamento comunitário tornou-se imprescindível, estabelecendo uma nova parceria entre a polícia e a sociedade para identificar e resolver problemas locais de desordem, priorizando a educação e a prevenção (Trojanowicz; Bucqueroux, 1994 *apud* Castro Filho; Frota, 2023).

Neste contexto de inovação preventiva, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) desponta como um dos mais relevantes instrumentos do Estado. Inspirado no modelo norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), o programa atua com base na intersetorialidade, congregando a Polícia Militar, a escola e a família na construção de uma rede robusta de proteção social (Guedes; Nóbrega, 2015).

No Estado do Ceará, a implantação oficial do PROERD pela Polícia Militar do Ceará (PMCE), a partir do ano de 2001, representou uma alteração da figura do militar, transformando o policial fardado em um educador social e operando como uma autêntica inovação pedagógica capaz de reconfigurar o cotidiano e a cultura de paz nas escolas (Mendonça, 2018).

A despeito da longevidade e da magnitude estatística do programa, que já alcançou centenas de milhares de estudantes cearenses, faz-se necessário transcender a mera quantificação de suas formaturas. Surge, portanto, a seguinte questão norteadora para esta pesquisa: qual a relevância institucional do PROERD para a Polícia Militar do Ceará e quais os seus impactos sociais positivos para a comunidade cearense? A justificativa para este estudo repousa na urgência de se compreender como o investimento em prevenção primária funciona como um poderoso vetor de reconstrução da imagem corporativa da polícia, humanizando o agente de segurança e mitigando as barreiras de desconfiança históricas, especialmente nos territórios mais vulneráveis (Lemos; Macedo, 2024).

Para responder a essa problemática, o presente artigo tem como objetivo geral analisar e descrever as características do PROERD da PMCE, avaliando a sua importância institucional e os seus efeitos pacificadores na sociedade. De modo específico, a pesquisa propõe-se a: a) discutir o papel do programa na edificação da imagem de uma polícia cidadã e de proximidade; e b) conectar a atuação do PROERD aos pressupostos teóricos da governança moderna em segurança pública (Silva, 2025).

Do ponto de vista metodológico, o estudo alicerça-se em uma abordagem qualitativa, adotando caráter descritivo e exploratório. Os procedimentos técnicos utilizados englobam a revisão narrativa da literatura pertinente ao policiamento comunitário e à prevenção, bem como a análise documental de legislações, relatórios e dados institucionais da PMCE, buscando uma interpretação reflexiva acerca da eficácia do programa (Lemos; Macedo, 2024). Essa escolha metodológica permite extrair significados densos sobre a atuação policial, evidenciando as potencialidades dessa intervenção.

Por fim, a estrutura deste artigo desdobra-se para espelhar os objetivos traçados. Após esta introdução, o segundo item dedica-se à fundamentação teórica sobre o papel da prevenção na segurança pública, ramificando-se no subitem, que detalha o processo de construção da imagem institucional da PMCE através da aproximação comunitária promovida pelo PROERD. Em seguida, o subitem, eixo central desta investigação, apresenta uma análise aprofundada dos resultados e dos impactos sociais consolidados pelo programa no Ceará ao longo de mais de vinte anos. As considerações finais sintetizam os achados da pesquisa, reafirmando a importância da manutenção e expansão desta política pública estruturante.

2. A POLÍCIA MILITAR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS

A complexidade dos fenômenos criminais na sociedade contemporânea tem exigido do Estado uma reformulação profunda em suas estratégias de segurança pública, impondo a transição de um modelo estritamente reativo e repressor para uma abordagem fundamentada na prevenção primária. Historicamente, as forças policiais militares no Brasil foram desenhadas sob uma doutrina de ostensividade e confronto, cenário que, isoladamente, mostrou-se insuficiente para conter a escalada da criminalidade que afeta, de maneira severa, as populações mais vulneráveis (Ferreira Filho, 2019). É nesse contexto de redemocratização e de

busca por uma segurança pública cidadã que a prevenção social ganha protagonismo, estabelecendo-se como o mecanismo mais eficaz para interromper o ciclo de cooptação de crianças e adolescentes pelo crime organizado e pelo narcotráfico (Almeida, 2021).

Nesta conjuntura de inovação estratégica, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) desponta como a principal ferramenta de intervenção primária nas escolas. Adaptado do modelo norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), criado em Los Angeles no ano de 1983, o programa encontrou solo fértil no Brasil na década de 1990 e foi oficialmente institucionalizado na Polícia Militar do Ceará (PMCE) a partir de 2001 (Domingues, 2016; Barboza, 2013). Através de uma revisão da literatura e da análise de documentos institucionais, é possível constatar que o PROERD preenche uma lacuna histórica de atuação do Estado, inserindo a força policial de forma preventiva diretamente na base da formação infanto-juvenil (Lemos; Macedo, 2024).

O diferencial metodológico do programa reside na sua capacidade de congrega os principais atores do tecido social em prol da proteção integral da criança e do adolescente. A execução do PROERD não se limita a palestras esporádicas, mas estrutura-se em um currículo pedagógico contínuo que demanda a colaboração ativa entre a corporação policial, a gestão escolar e, fundamentalmente, o núcleo familiar do aluno (Mendonça, 2018). Essa intersetorialidade é uma das razões da eficácia do programa, pois reconhece que a vulnerabilidade ao uso de drogas é um problema multifatorial que não pode ser resolvido apenas com a presença policial ostensiva (Aguiar, 2018). A literatura especializada sobre a implementação do programa reforça a dependência dessa atuação conjunta:

O programa consiste assim, em uma ação conjunta da Polícia Militar, através do Policial Proerd; da escola, através de professores, especialistas e estudantes; e família, representada pelos pais e pela comunidade de modo geral. Todos unidos no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecerem as pressões e a influência diária para usarem drogas e praticarem a violência, e a resistirem a elas (Ceará, 2015 *apud* Guedes; Nóbrega, 2015, p. 12).

Essa robusta fundamentação pedagógica transforma a dinâmica de policiamento, permitindo que a segurança pública atue antes que o delito se concretize. Ao fornecer conhecimentos específicos, fortalecer a autoestima e ensinar técnicas de resistência e tomada de decisão segura, o PROERD consolida-se como uma forma de proteção para a juventude, provando que o investimento em educação preventiva é indispensável para qualquer política de Estado que almeje a pacificação social a longo prazo (Silva, 2025).

2.1. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM INSTITUCIONAL DA PMCE ATRAVÉS DA PREVENÇÃO

A complexidade da segurança pública contemporânea tem exigido das instituições de Estado uma profunda reavaliação de suas doutrinas e estratégias de atuação. Historicamente, as polícias militares no Brasil foram estruturadas sob uma forte herança de controle social repressivo e autoritário, resultando em um distanciamento significativo entre o aparato estatal e as comunidades, especialmente nas periferias urbanas (Ferreira Filho, 2019). Nesse cenário, a Polícia Militar do Ceará (PMCE) compreendeu que a superação desse modelo estritamente reativo dependia da adoção de políticas que aproximasse a corporação da sociedade. É sob essa necessidade de reconstrução de legitimidade e de vínculos de confiança que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) desponta não apenas como uma ferramenta educacional, mas como o principal vetor de transformação da imagem institucional da polícia cearense (Almeida, 2021).

O arcabouço teórico que fundamenta essa transição de imagem repousa na filosofia do policiamento comunitário. Diferentemente do policiamento tradicional, que concentra seus esforços na reação ao crime consumado, a polícia comunitária atua na raiz das desordens sociais, engajando os cidadãos na coprodução da segurança (Sassada, 2023). A premissa central desse modelo estabelece que a eficácia da atividade policial depende intrinsecamente da parceria harmoniosa entre a população e as forças da lei, uma vez que a autoridade policial é, em uma democracia, outorgada pelo próprio povo (Brasil, 2019 *apud* Silva, 2025). A literatura clássica sobre o tema corrobora essa visão estratégica adotada pelas corporações:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do

bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (Trojanowicz; Bucqueroux, 1999 *apud* Barboza, 2013, p. 71).

No Estado do Ceará, a materialização dessa aproximação institucional deu-se de forma incisiva a partir de março de 2001, com a implantação oficial do PROERD, sob a iniciativa pioneira de oficiais da reserva que buscaram capacitação junto às polícias de São Paulo e Santa Catarina (Ceará, 2015). A partir daquele momento, a PMCE passou a enviar policiais devidamente fardados não para realizar incursões ostensivas, mas para o interior das salas de aula, exercendo o papel de educadores sociais. O deslocamento do policial da viatura para a escola representa uma mudança significativa na sociedade, pois substitui a linguagem da coerção pela linguagem do acolhimento e da orientação pedagógica (Mendonça, 2018 *apud* Lemos; Macedo, 2024).

A desmistificação da figura do policial é, sem dúvida, um dos maiores ganhos corporativos advindos do programa. Durante décadas, as crianças inseridas em contextos de alta vulnerabilidade social foram ensinadas, muitas vezes pelas próprias dinâmicas territoriais dominadas pelo crime organizado, a enxergar o agente de segurança como um inimigo ou uma ameaça iminente (Silva, 2025). O PROERD atua diretamente na desconstrução desse estigma. Ao interagir semanalmente com os alunos, utilizando dinâmicas lúdicas, canções e diálogos horizontais, o policial demonstra que a corporação se preocupa genuinamente com o bem-estar e com o futuro da juventude cearense. Conforme aponta a literatura, a inserção do policial na escola desmistifica a ideia da polícia arbitrária, apresentando novas formas de pensar as intervenções e seu papel formativo para a cidadania dos jovens (Oliveira; Marinho, 2017).

Nesse aspecto pedagógico, o modelo de instrução rompe com a sisudez militar e adapta-se à linguagem infantojuvenil. O policial militar voluntário, após passar por um rigoroso processo de capacitação na Academia Estadual de Segurança Pública (AESP), é preparado para utilizar ferramentas de escuta ativa, empatia e comunicação não-verbal (Almeida, 2021). A aplicação do currículo "Caindo na Real", focado em crianças do 5º e 7º anos, exige que o agente de segurança seja percebido como um facilitador de conhecimentos. A corporação transforma-se, aos olhos da comunidade, em uma entidade protetora que instrumentaliza os jovens contra as pressões do tráfico de drogas (PMMG, 2013 *apud* Almeida, 2021).

O sucesso dessa reconstrução de imagem, contudo, não se apoia exclusivamente no esforço individual do policial, mas na consolidação de uma tríade institucional: Polícia, Escola e Família. O PROERD compreende que a prevenção primária exige intersetorialidade (Aguiar, 2018). Ao promover reuniões e cursos de capacitação voltados também para os pais e responsáveis, a PMCE entra nos lares cearenses como uma força de apoio psicossocial, auxiliando famílias desestruturadas a resgatarem o controle e a vigilância afetiva sobre seus filhos. Essa atuação multifacetada gera um profundo capital social para a polícia:

No setor educacional, além de se implantar o PROERD como uma disciplina escolar aplicado por todo um semestre letivo, a Polícia Militar, por meio do policial PROERD desenvolve também todo um trabalho de cidadania enfocando não só para os direitos da criança e do adolescente previstos na legislação vigente, como também das suas obrigações diante cada direito e ainda promove a aproximação da Instituição policial para com as crianças e consequentemente da própria comunidade derrubando mitos e tabus até então existentes de ser o policial um dos tentáculos do Estado que está ali apenas para prender ou reprimir (Oliveira; Frota, 2010 *apud* Aguiar, 2018, p. 48).

Além dos evidentes reflexos externos perante a sociedade civil, é imperativo analisar qualitativamente a transformação que o PROERD opera no ambiente interno da própria PMCE. A formação de policiais para atuarem como educadores sociais gera uma mudança de mentalidade na tropa, fomentando uma cultura organizacional pautada pelo respeito aos direitos humanos e pela mediação pacífica de conflitos (Gadelha, 2024 *apud* Silva, 2025). Assim, o policial que vivencia a realidade da sala de aula desenvolve uma sensibilidade sociológica aguçada, passando a compreender a violência não apenas como um problema de repressão criminal, mas como um fenômeno que demanda acolhimento e presença do Estado.

O amadurecimento institucional dessa vertente comunitária atingiu seu ápice no Ceará com a criação do Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades (COPAC), oficializado pela Lei Estadual nº 18.313/2023. O COPAC nasceu com a missão de aglutinar e coordenar todas as estratégias de policiamento de proximidade da PMCE, colocando a comunidade no centro das decisões de segurança pública (Alece, 2023 *apud* Silva, 2025). O PROERD foi organicamente absorvido como um dos grupos fundamentais de atuação descentralizada desse Comando, operando em sinergia com o Grupo de Segurança Escolar (GSE) e o Grupo de Apoio às Vítimas de

Violência (GAVV). Essa integração sistêmica demonstra que a prevenção deixou de ser um projeto isolado para se tornar uma política de segurança cidadã enraizada na estrutura da corporação (Silva, 2025).

Sob a égide do COPAC, a relevância do PROERD é potencializada pela sua capacidade de penetração capilar em microterritórios dominados por índices elevados de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Em áreas onde o Estado historicamente apresentou dificuldades para ingressar sem o uso da força tática, o instrutor do PROERD tem passe livre, transitando com respeito e autoridade moral conferida pelos próprios moradores e gestores escolares (Castro Filho; Frota, 2023). Essa presença contínua, pacífica e educativa inibe o recrutamento de menores pelo crime organizado e viabiliza a coleta de informações estratégicas sobre as necessidades sociais da comunidade, retroalimentando o planejamento preventivo da corporação (Ceará, 2021 *apud* Silva, 2025).

A magnitude dos resultados quantitativos alcançados nas últimas duas décadas evidencia o peso institucional do programa. Dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará apontam que, da sua fundação até o ano de 2025, o PROERD já ultrapassou a marca de 731 mil estudantes formados em todo o estado, além de possuir uma capilaridade que alcança as redes de ensino municipal, estadual e privada (Ceará, 2026). Para a PMCE, esse volume estatístico traduz-se em centenas de milhares de famílias que tiveram um contato positivo, humano e construtivo com a corporação. Essa rede de relacionamentos atua como uma maneira de legitimar uma boa reputação aos policiais, garantindo-lhes o apoio popular necessário para a execução de suas demais atividades constitucionais (Silva, 2025).

Ademais, a análise da imagem institucional deve considerar os esforços contínuos de qualificação e padronização promovidos pela gestão da segurança pública. A realização de Cursos de Formação de Instrutores do PROERD — apoiados por parcerias com o Sistema Fecomércio e intercâmbios com policiais de outros estados, como o Rio de Janeiro e Santa Catarina — atesta o rigor técnico e o investimento do governo cearense na manutenção de um serviço de excelência (Fecomércio, 2026). O policial formado nesse ambiente não é um improvisador, mas um agente qualificado que domina diretrizes pedagógicas e atua em conformidade com as cartilhas internacionais do *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), garantindo uma intervenção baseada em evidências científicas e metodologias validadas mundialmente (Ceará, 2026).

Em contrapartida às teorias criminológicas que advogam pela "Tolerância Zero" — modelos frequentemente associados à criminalização da pobreza e ao encarceramento em massa —, a PMCE, através do PROERD e do COPAC, sinaliza sua adesão a um modelo de polícia cidadã e "polícia preditiva" (Castro Filho; Frota, 2023). A revisão bibliográfica sobre o tema corrobora que a mera repressão ostensiva em áreas de desorganização social é insuficiente e geradora de passivos institucionais (violações de direitos humanos, letalidade policial e descrédito público). Por outro lado, a aposta na inteligência social e na prevenção educacional transforma o paradigma governamental, alinhando a atuação policial à defesa incondicional da dignidade da pessoa humana e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Almeida, 2021).

A literatura sociológica sobre as polícias modernas ratifica que a legitimidade de uma instituição não deriva apenas de sua capacidade de imposição legal (força), mas, sobretudo, do reconhecimento e da validação de suas ações por parte da sociedade controlada (Freitas, 2017 *apud* Silva, 2025). A aceitação social do PROERD — evidenciada pela alta demanda das escolas, pelo apoio da mídia e pelo entusiasmo das crianças nas formaturas — confere à Polícia Militar do Ceará um nível de aprovação popular incomparável a qualquer outra modalidade de policiamento ostensivo. O programa funciona, sob essa ótica qualitativa, como um catalisador de empatia que suaviza as tensões crônicas entre o Estado e a periferia (Aguiar, 2018).

Assim, a construção da imagem institucional da PMCE por meio do PROERD não é um fenômeno accidental, mas o resultado de mais de vinte anos de consolidação de uma política pública estruturante. O policial militar, fardado é inserido no ambiente de aprendizagem, materializa a transição de uma corporação historicamente temida para uma instituição parceira, educativa e indispensável para a pacificação urbana. A relevância do programa reside, portanto, na sua capacidade singular de conjugar a promoção da saúde pública infantojuvenil com o fortalecimento da autoridade democrática e cidadã da Polícia Militar do Estado do Ceará, provando que o giz e o diálogo são ferramentas de segurança pública tão ou mais vitais do que o armamento tradicional.

2.2. O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) NO CEARÁ

A avaliação das políticas públicas de segurança, especialmente daquelas voltadas para a prevenção primária, exige uma análise que transcenda a mera quantificação de ocorrências policiais, adentrando na esfera da transformação qualitativa das relações sociais. No contexto do Estado do Ceará, a implantação do Programa

Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) pela Polícia Militar do Ceará (PMCE) representa um marco histórico nessa transição paradigmática. Através de uma revisão narrativa e documental, constata-se que os impactos sociais gerados pelo programa operam de maneira multifatorial, reconfigurando a convivência no ambiente escolar e solidificando a relevância institucional da corporação (Lemos; Macedo, 2024).

Do ponto de vista de sua abrangência e capilaridade, os resultados alcançados pelo PROERD no Ceará ao longo de mais de duas décadas são expressivos e atestam o compromisso do Estado com a educação preventiva. O programa, iniciado de forma pioneira em março de 2001 sob a liderança de oficiais da reserva, expandiu-se vertiginosamente para abarcar todas as macrorregiões cearenses (Mendonça, 2018). Dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) revelam que, desde a sua fundação até o ano de 2024, o programa atendeu a impressionante marca de 710.728 alunos, sendo que apenas no ano passado mais de 20.548 estudantes passaram pela capacitação (Ceará, 2025). Essa magnitude estatística não apenas reflete o esforço governamental, mas materializa a inserção capilar da PMCE no seio de centenas de milhares de famílias cearenses (Almeida, 2021).

O impacto desse alcance reflete-se na ousadia das metas institucionais traçadas para o futuro da corporação. Ao celebrar a marca de sua expansão contínua, a coordenação estadual do programa estabeleceu diretrizes audaciosas para as próximas etapas de atuação. Segundo registros de eventos oficiais promovidos pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP), a meta da PMCE é atingir um milhão de crianças e adolescentes beneficiadas até o ano de 2026, projetando a formação de cem mil novos alunos em um triênio (SUPESP, 2024). Esse compromisso institucional demonstra que a corporação compreende o PROERD não como um projeto efêmero, mas como uma política de Estado estruturante e indispensável.

A eficácia dessa política reside, fundamentalmente, na sua metodologia pedagógica e na constante atualização de seu currículo. O PROERD cearense abandonou as antigas abordagens baseadas estritamente no amedrontamento e adotou o currículo internacional "Caindo na Real", que se apoia no Modelo de Tomada de Decisão PROERD (MTDP). Essa inovação pedagógica instrumentaliza os jovens a identificarem situações de risco, analisarem alternativas, decidirem com segurança e avaliarem as consequências de seus atos (Silva, 2010 *apud* Almeida, 2021). Sobre essa transição metodológica, a literatura especializada enfatiza que o foco deixou de ser a droga em si para centrar-se no empoderamento do indivíduo:

O currículo atual do programa PROERD se baseia na aplicação de um modelo de tomada de decisões (Modelo de Tomada de Decisão PROERD) por meio do qual os problemas poderiam ser resolvidos seguindo-se seqüencialmente, quatro passos distintos: 1 – definir o problema ou situação, 2 – analisar as diferentes alternativas para a resolução do problema, 3 – decidir pela melhor escolha e 4 – avaliar se a decisão tomada foi ou não uma boa escolha (Silva, 2010 *apud* Almeida, 2021, p. 36).

A partir da adoção dessa matriz pedagógica, o policial militar despe-se temporariamente da função ostensiva tradicional para assumir o papel de educador social, facilitando o diálogo e a construção do pensamento crítico. Os instrutores são capacitados para abordar não apenas a resistência aos entorpecentes, mas também temas transversais que afligem a juventude cearense, tais como a prevenção ao suicídio, o combate ao *bullying* e a gestão das emoções (SUPESP, 2024). Essa formação humanizada e sistêmica é fundamental para que as crianças desenvolvam resiliência socioemocional, capacidade de empatia e resistência às severas pressões de grupos criminosos que atuam nas periferias (PMCE, 2026).

Outro vetor central dos impactos sociais do PROERD é a consolidação de uma rede de proteção alicerçada no tripé: Polícia, Escola e Família. O programa reconhece que a vulnerabilidade infantojuvenil não pode ser sanada por uma única instituição, exigindo intersetorialidade (Lemos; Macedo, 2024). Ao promover o envolvimento dos pais nas lições e nas grandes formaturas comunitárias, a PMCE fomenta a corresponsabilidade familiar, resgatando a autoridade parental muitas vezes fragmentada pela desorganização social dos territórios (Aguiar, 2018). Esse engajamento é essencial, visto que "a família pode ajudar a identificar sinais de risco e apoiar o jovem na resistência à pressão social" (Ceará, 2024).

Para além das avaliações teóricas, estudos empíricos realizados no Estado do Ceará atestam as repercussões positivas diretas do programa no comportamento dos estudantes. Uma pesquisa quantitativa e comparativa de grande relevância, conduzida na região do Cariri cearense com 392 alunos do Ensino Fundamental (distribuídos entre egressos e não egressos do PROERD), investigou a prevalência do consumo de substâncias lícitas e ilícitas. Os resultados evidenciaram que o programa atua como um forte fator de proteção e

redução de vulnerabilidade (Guedes; Nóbrega, 2015). A análise dos dados demonstrou uma diferença de comportamento estatisticamente significativa entre os grupos avaliados.

De acordo com o referido estudo local, os adolescentes que não passaram pelas lições do PROERD apresentaram índices de experimentação de drogas lícitas alarmantemente superiores. Constatou-se que "o risco relativo na questão do consumo de álcool entre alunos que não participaram do Proerd excede em 4,8 vezes o de alunos participantes" (Guedes; Nóbrega, 2015, p. 23). No tocante ao tabagismo, o risco de iniciação chegou a ser 8,8 vezes maior para o grupo de controle que não recebeu a capacitação policial. Esses dados ratificam a tese de que a intervenção primária, quando realizada na idade correta e com a metodologia adequada, constrói barreiras cognitivas reais contra a cooptação precoce.

Não obstante os êxitos observados localmente, é imperativo reconhecer que a literatura acadêmica acerca da eficácia universal do programa apresenta nuances e debates aprofundados. Avaliações de impacto com desenhos quase-experimentais realizadas em outras capitais brasileiras, a exemplo de um estudo conduzido em Porto Alegre (RS), apontaram que a participação no PROERD não gerou, naquela amostra específica, diferenças estatisticamente significativas na redução do uso de drogas ou na melhoria do desempenho escolar quando comparada ao grupo de controle (Rolim; Hermann; Oliveira, 2020).

Contudo, sob a ótica qualitativa da relevância institucional, a eventual limitação métrica na supressão total do consumo de entorpecentes não esvazia a grandiosidade dos impactos sociais colaterais gerados para a Polícia Militar do Ceará. A literatura sociológica e etnográfica que se debruça sobre a atuação da PMCE demonstra que o PROERD atua como uma poderosa "tática de legitimação do trabalho policial" e uma ferramenta inigualável de aproximação comunitária (Aguiar, 2018). Ainda que o programa enfrente o complexo desafio de barrar a experimentação de drogas em territórios dominados por facções, ele é indiscutivelmente bem-sucedido na humanização do agente de segurança e na desconstrução do estigma de uma polícia estritamente repressiva e violenta (Ceará, 2017). A percepção dessa metamorfose é corroborada por pesquisadores da área de segurança:

No setor educacional, além de se implantar o PROERD como uma disciplina escolar aplicado por todo um semestre letivo, a Polícia Militar, por meio do policial PROERD desenvolve também todo um trabalho de cidadania enfocando não só para os direitos da criança e do adolescente previstos na legislação vigente, como também das suas obrigações diante cada direito e ainda promove a aproximação da Instituição policial para com as crianças e conseqüentemente da própria comunidade derrubando mitos e tabus até então existentes de ser o policial um dos tentáculos do Estado que está ali apenas para prender ou reprimir (Oliveira; Frota, 2010 *apud* Aguiar, 2018, p. 48).

Esse capital social gerado pelo PROERD foi organicamente integrado à arquitetura moderna da segurança pública cearense. A criação do Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades (COPAC) institucionalizou definitivamente o policiamento de proximidade no estado, absorvendo o PROERD como uma de suas engrenagens vitais (Silva, 2025). Por meio dessa reestruturação, os instrutores do programa passaram a atuar de forma sinérgica com o Grupo de Segurança Escolar (GSE) e com as bases territoriais fixas instaladas em áreas de alto índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). O resultado é uma polícia que não apenas reage à criminalidade, mas que se antecipa a ela, diagnosticando vulnerabilidades, mediando conflitos e ocupando os espaços públicos com a oferta de serviços e acolhimento (Silva, 2025).

A magnitude desses impactos institucionais é retroalimentada pelo constante investimento na qualificação do efetivo. A PMCE compreende que a excelência do PROERD depende da rigorosa formação de seus educadores sociais. Nesse sentido, a corporação realiza periodicamente Cursos de Formação de Instrutores no Quartel do Comando-Geral (QCG), habilitando dezenas de novos policiais para atuarem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Essas capacitações, frequentemente apoiadas por parcerias com entidades do Sistema Fecomércio (Sesc e Senac) e enriquecidas por intercâmbios com mentores de outros estados, atestam o rigor técnico e a vitalidade administrativa do programa (Fecomércio, 2026). Trata-se de uma política de recursos humanos que transforma a mentalidade da própria tropa (PMCE, 2026).

A inserção desses policiais nas escolas transcende o ambiente interno da sala de aula, gerando externalidades positivas para toda a vizinhança. O fardamento militar, outrora símbolo de coerção em muitas comunidades periféricas, passa a ser associado à figura do "Tio Policial", um mentor e protetor (Aguiar, 2018). Essa construção simbólica é reforçada de maneira lúdica através do uso de mascotes, canções e solenidades de formatura que mobilizam famílias inteiras, consolidando o orgulho comunitário e a valorização da vida. As narrativas colhidas em estudos de campo demonstram que as crianças, especialmente as dos anos iniciais do

Ensino Fundamental, criam vínculos afetivos profundos com os instrutores, passando a tê-los como referências morais e modelos positivos de conduta cidadã (Batista, 2009 *apud* Aguiar, 2018).

Ademais, a atuação do PROERD dialoga perfeitamente com iniciativas governamentais mais amplas, a exemplo do "Pacto por um Ceará Pacífico". Ao priorizar o atendimento em escolas situadas nos chamados "Territórios da Paz" — como os bairros Vicente Pinzón e Bom Jardim, em Fortaleza —, o programa insere-se em uma malha de políticas intersetoriais que envolvem esporte, cultura e requalificação urbana (Ferreira Filho, 2019). A presença do instrutor do PROERD nessas áreas age como um catalisador de estabilidade, mitigando a desordem social e colaborando para a redução da evasão escolar, fator intrinsecamente ligado à mortalidade juvenil. Como apontam relatórios de segurança, uma parcela alarmante dos adolescentes vítimas de homicídio no Ceará havia abandonado a escola meses antes do óbito (Venâncio, 2022 *apud* Lemos; Macedo, 2024).

Recentemente, a expansão do impacto social do programa materializou-se através da sua integração a novos projetos de prevenção estatal. Em 2026, a PMCE, em articulação com o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) e a Secretaria da Educação (Seduc), participou ativamente do lançamento do projeto "Fala que Salva", desenhado para ampliar a rede de proteção nas escolas estaduais (PMCE, 2026). A inclusão do PROERD no escopo desse projeto reafirma a confiança interinstitucional na sua metodologia, evidenciando que a segurança pública moderna não se faz com o isolamento das forças policiais, mas sim através do "diálogo entre instituições públicas, comunidade escolar, famílias e a rede de proteção social" (PMCE, 2026, p. 2).

Apesar de todas as vitórias contabilizadas, a análise qualitativa também evidencia desafios estruturais que precisam ser superados para a maximização dos impactos do programa. Estudos exploratórios apontam que, a despeito de sua relevância, o PROERD ainda carece de maior expansão para cobrir a totalidade dos municípios cearenses de forma perene. A limitação do efetivo policial habilitado frente à vasta malha escolar do estado — com relatos de cidades possuindo centenas de escolas e apenas um ou dois instrutores disponíveis — configura um gargalo gerencial (Aguiar, 2018). Superar essa barreira exige do poder público a ampliação do cofinanciamento do programa, assegurando que o direito à prevenção primária alcance, de forma equitativa, tanto os grandes centros urbanos quanto às regiões mais remotas do interior cearense (Lemos; Macedo, 2024).

De todo modo, as avaliações antropológicas e etnográficas do ambiente escolar atestam que o PROERD constitui uma autêntica "inovação pedagógica provável" (Mendonça, 2018). Ao tensionar positivamente o currículo escolar tradicional, o programa insere na rotina dos alunos discussões fundamentais sobre cidadania, ética, autocontrole e respeito às leis. Essa abordagem dialógica constrói um ambiente de aprendizagem onde o aluno não é um mero receptor passivo de normas punitivas, mas um cooperador de seu próprio conhecimento preventivo. O giz e a lousa tornam-se, sob a mediação do policial instrutor, as armas mais eficazes na desidratação das bases do crime organizado.

Em síntese, a análise profunda dos resultados e impactos sociais do PROERD no Estado do Ceará corrobora a sua insubstituível relevância institucional para a PMCE. Os benefícios gerados extrapolam as métricas criminais, manifestando-se na edificação de uma juventude mais consciente, resiliente e empoderada para rechaçar a violência e o narcotráfico. O programa atua como uma ponte de humanidade e confiança que religa o Estado às suas comunidades mais vulneráveis, comprovando que a segurança pública cidadã, pautada pela prevenção, pela educação e pela garantia dos direitos humanos, é o único caminho sustentável para a pacificação definitiva da sociedade cearense (Almeida, 2021).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo cumpriu o objetivo de analisar a relevância institucional do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) para a Polícia Militar do Ceará (PMCE), bem como os seus vastos impactos positivos para a sociedade cearense. Através da revisão narrativa e da análise documental empreendida, confirmou-se a premissa de que a adoção de um modelo de segurança pública focado na prevenção primária consolida a corporação não apenas como um instrumento de manutenção da ordem, mas como uma autêntica promotora de cidadania e garantidora dos direitos fundamentais infantojuvenis.

No que tange à construção da imagem institucional, os achados evidenciaram que a inserção do policial militar, fardado e devidamente capacitado como educador social, no ambiente escolar atua de maneira decisiva na desmistificação da figura exclusivamente punitiva e repressiva do Estado. Essa aproximação pedagógica subverte a lógica histórica do distanciamento e do medo, gerando uma relação dialógica fundamentada na confiança e na empatia mútua. Constatou-se, assim, que o programa funciona como uma poderosa ferramenta de legitimação do trabalho policial, convertendo o capital social adquirido nas escolas em respeito e aprovação popular, elementos indispensáveis para a sedimentação da filosofia de polícia comunitária.

Sob a ótica dos resultados práticos e impactos sociais, os dados analisados revelam a magnitude transformadora dessa política pública ao longo de mais de duas décadas de atuação no Estado. Desde sua implantação pioneira em 2001 até o ano de 2025, o PROERD ultrapassou a expressiva marca de 731 mil estudantes atendidos, operando com a ousada meta institucional de alcançar um milhão de jovens beneficiados nos próximos anos. A efetividade dessa vasta abrangência territorial repousa na consolidação do tripé Polícia, Escola e Família, que estabelece uma inquebrável rede de proteção integral. Esse esforço conjunto empodera crianças e adolescentes para a tomada de decisões seguras, afastando-os das zonas de vulnerabilidade e da cooptação precoce pelo crime organizado. Estudos empíricos locais corroboram essa proteção, apontando reduções significativas na experimentação de substâncias como álcool e tabaco entre os egressos do programa.

Além disso, a pesquisa destacou que o PROERD não opera de forma isolada, tendo sido organicamente integrado à arquitetura moderna da segurança pública cearense. A sua atuação em sinergia com o Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades (COPAC) e a sua inserção em iniciativas intersetoriais, como o "Pacto por um Ceará Pacífico", demonstram que o policiamento de proximidade deixou de ser um projeto periférico para se tornar o cerne das políticas de Estado.

Contudo, a análise qualitativa também evidenciou desafios estruturais que demandam atenção contínua dos gestores públicos. Apesar do incontestável reconhecimento popular, a expansão plena do programa ainda esbarra em limitações de efetivo e na necessidade de maior regularidade na formação de novos instrutores. Faz-se mister, portanto, um cofinanciamento interinstitucional mais robusto, que garanta a valorização profissional dos policiais dedicados ao ensino e a realização de novas avaliações de impacto rigorosas, visando o aprimoramento contínuo do currículo com base em evidências científicas.

Em síntese, o estudo conclui que a relevância do PROERD para a Polícia Militar do Ceará transcende o ensino de táticas de resistência às drogas. O programa materializa a face mais humana do Estado, operando como uma inovação pedagógica essencial para a pacificação urbana. Ao provar que a lousa e o diálogo são ferramentas de segurança pública vitais, o PROERD reafirma que investir na educação preventiva da juventude é o caminho mais seguro, inteligente e definitivo para a edificação de uma sociedade cearense verdadeiramente livre e pacífica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jhonas Irenio de. **A polícia militar e a prevenção às drogas através da educação**: a experiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) na escola Aduauto Ferreira Lima, em Maracanaú-CE. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

ALMEIDA, Rafael Araújo. **Proteção à criança e ao adolescente**: polícia comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção primária ao uso de drogas e resistência à violência através do PROERD no Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

BARBOZA, Anderson Duarte. **[Dissertação de Mestrado em Sociologia]**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CASTRO FILHO, Francisco Túlio Studart de; FROTA, Francisco Horácio da Silva. Influência da desorganização social na criminalidade e o papel do policiamento comunitário. **Conhecer**: Debate entre o Público e o Privado, Fortaleza, v. 13, n. 31, p. 118-149, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conhecer/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. **Ceará encerra 2025 com redução de 7,7% nos roubos e furtos**. SSPDS, 2026. Disponível em: www.sspds.ce.gov.br. Acesso em: 21 mar. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. **Dia Nacional de Combate às Drogas e ao Alcoolismo: SSPDS destaca atuação de vinculadas na conscientização sobre o tema**. SSPDS, 2025. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2025/02/20/dia-nacional-de-combate-as-drogas-e-ao-alcoolismo-sspds-destaca-atuacao-de-vinculadas-na-conscientizacao-sobre-o-tema/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

CEARÁ. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. **SUPESP participa de abertura de Seminário do Programa Educacional de Resistência às Drogas da PMCE**. SSPDS, 2026. Disponível em: www.sspds.ce.gov.br. Acesso em: 21 mar. 2026.

OLIVEIRA, Bruno Leitão. Marinho, Iasmin da Costa. **Violência nas escolas: recorte das políticas locais e pesquisas**. Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/38889>. Acesso em: 21/03/2026 14:05

DOMINGUES, Vítor Gregório. Educação e guerra às drogas: uma reflexão sobre o PROERD na escola. **Alabastro**: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, ano 4, v. 1, n. 7, p. 56-72, 2016. Disponível em: <https://fespsp.org.br/alabastro>. Acesso em: 21 mar. 2026.

FERREIRA FILHO, Cristovam Colombo Cirqueira. **Desafios e perspectivas da governança em segurança pública**: uma avaliação do pacto por um Ceará Pacífico no território do Vicente Pinzón. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

GUEDES, J. D.; NÓBREGA, A. F. Efeitos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) entre Estudantes do Ensino Fundamental no Cariri Cearense: Um estudo Comparativo. **Id on Line Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 9, n. 28, p. 7-29, 2015. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 21 mar. 2026.

LEMOES, João Filho Sobreira; MACEDO, Maria Erilúcia Cruz. Análise das características e benefícios do PROERD da Polícia Militar do Ceará para a política de segurança pública na prevenção de uso das drogas nas escolas. **Revista OWL (OWL Journal)**, Campina Grande, v. 2, n. 1, p. 430-445, 2024. Disponível em: www.revistaowl.com.br. Acesso em: 21 mar. 2026.

MENDONÇA, F. C. B. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD como Inovação Pedagógica Provável**: Um estudo etnográfico no Colégio da Polícia Militar do Ceará. Funchal: Universidade da Madeira, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/2369>. Acesso em: 21 mar. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ (PMCE). **PMCE participa do lançamento do projeto "Fala que Salva" e amplia atuação preventiva nas escolas estaduais**. PMCE, 2026. Disponível em: <https://www.pm.ce.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2026.

ROLIM, Marcos; HERMANN, Daiana; OLIVEIRA, Camila Louis. O PROERD funciona? Notas a partir de estudo quase-experimental. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 3, p. 381-390, 2020. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais. Acesso em: 21 mar. 2026.

SASSADA, Ronan. **Polícia Comunitária**: Uma Jornada de Transformação. [S. l.]: Editora Lux, 2023.

SILVA, Airton Luan Batista da. **Polícia tradicional versus comunitária**: uma análise do COPAC da Polícia Militar do Ceará como modelo de policiamento social e provedor dos direitos humanos. Sousa: Universidade Federal de Campina Grande, 2025. Disponível em: <https://dspace.ufcg.edu.br/>. Acesso em: 21 mar. 2026.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento comunitário**: como começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Madson Joter da Silva, autor do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **A RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL DO PROERD PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E SEUS IMPACTOS POSITIVOS PARA A SOCIEDADE CEARENSE**, apresentado no âmbito da Especialização em Segurança Pública e Políticas sobre Drogas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), declaro, para os devidos fins, que:

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial, conforme descrito a seguir:

- Ferramenta(s) utilizada(s):
 - () Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.
 - (x) Houve utilização das seguintes ferramentas: Google Gemini
- Finalidade(s) do uso (assinalar as opções aplicáveis):
 - (x) Exploração inicial de ideias
 - () Busca e/ou triagem de literatura
 - () Leitura assistida e/ou elaboração de resumos (com conferência humana)
 - (x) Revisão linguística e/ou apoio à normalização de referências
 - () Tradução técnica (com revisão humana)
 - () Geração de rascunhos ou sugestões iniciais de texto, posteriormente revisadas pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as)
 - (x) Organização ou estruturação do texto
 - (x) Apoio reprodutível à análise e/ou apresentação de dados (restrito à geração automatizada e reprodutível de tabelas, gráficos, figuras ou visualizações a partir de dados previamente analisados e interpretados pelo(a) autor(a) ou pelos(as) autores(as), sem substituição da análise científica humana)
 - () Programação (sugestão, depuração ou documentação de códigos)
 - () Transcrição (com anonimização): conversão literal, mediante autorização, de áudios ou vídeos em texto de entrevistas, aulas, reuniões ou palestras, com obrigatória revisão humana, anonimização e respeito aos direitos autorais, sendo vedada a identificação de voz ou outros dados biométricos
 - () Outros (especificar): _____

Declaro que a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente como apoio, não substituindo a autoria intelectual humana. Todo o planejamento, a supervisão, a validação das informações, a interpretação dos dados e a redação final do trabalho são de inteira responsabilidade do autor.

Declaro, ainda, que o uso dessas ferramentas respeitou os princípios éticos da pesquisa acadêmica, não envolvendo práticas como plágio, fabricação ou manipulação de dados, nem qualquer procedimento que comprometa a integridade científica do trabalho.

Estou ciente de que a omissão ou a prestação de informações incorretas poderá implicar as providências acadêmicas cabíveis, conforme as normas institucionais vigentes.

Assinatura do(a) autor(a) (em caso de mais de um autor, assinatura de todos):

Documento assinado digitalmente
 **MADSON JOTER DA SILVA**
Data: 13/04/2026 16:13:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juiz de Fora, 13 de abril de 2026.